

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ENTRE RECORDAÇÕES E OLVIDOS: O CASO CÉSIO 137 EM GOIÂNIA E AS DINÂMICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIAS SENSÍVEIS.

Autora: Maria Isabel Cardoso Teixeira

Mestranda PPGH/UFG

isabelcardosohistoria@hotmail.com

Resumo: No ano de 1987, em Goiânia, capital de Goiás, houve um desastre radiológico em decorrência da ruptura de uma cápsula de um aparelho de radiografia e a liberação de 19,6 gramas da substância química Césio-137 em diversos pontos da cidade. Neste texto, procura-se refletir acerca das políticas de memória que envolvem este acontecimento que evoca dor, sofrimento e experiências individuais e coletivas de medo, discriminação e mortes. Para tal objetivo, pretende-se ponderar acerca dos espaços relacionados ao desastre radioativo em Goiânia, os chamados “Pontos de Contaminação do Césio-137”. É um tema que oscila entre as ações políticas visando o esquecimento e as demandas por memória e reparação por parte da população diretamente afetada. Assim, abordar-se-á também as possibilidades de se lidar com as memórias de passados sensíveis, pensando em novas formas de patrimonialização.

Palavras-Chaves: Césio-137, memórias sensíveis, esquecimento

1 Introdução

Esta comunicação tem como objetivo trazer uma reflexão sobre as dinâmicas entre a memória e o esquecimento relativas ao desastre radiológico do Césio-137 em Goiânia. Esse evento nuclear ocorrido no ano de 1987 é visto como um episódio difícil para a história da cidade e foi reconhecido nacional e internacionalmente. Tratou-se de um acontecimento dotado de experiências individuais e coletivas de morte, temores, discriminação, dor e sofrimento e trouxe consequências danosas nas vidas das pessoas diretamente ou não atingidas. Sendo assim, a proposta se estrutura em torno do estudo de caso dos espaços mais afetados pela radiação, os chamados “Pontos de Contaminação do Césio-137” pensados na perspectiva de lugares de memória. O pressuposto desta pesquisa parte de uma demanda do presente: mais de três décadas após à tragédia envolvendo a contaminação radiológica, observa-se uma nítida ausência de objetos, instituições,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mediações ou patrimonializações oficiais que remetam à recordação pública deste evento na capital goianiense.

O desastre radiológico com o Césio-137 em Goiânia está relacionado entre as catástrofes nucleares mais graves do mundo que não envolveram atividades industriais e/ou bélicas. A antropóloga Telma Camargo da Silva caracteriza este evento como desastre pelo fato de ter provocado: “transtornos na ordem cultural, política e econômica da cidade, ao mesmo tempo que revelou a vulnerabilidade de determinados grupos sociais em face das consequências danosas do uso da tecnologia nuclear” (SILVA, 2004, p. 205). Houve prejuízos econômicos em decorrência da rejeição de produtos provenientes de Goiás no mercado nacional; uma série de discriminações em relação à presença de goianos em outras regiões; crises políticas ocorridas na administração do governo estadual e consequências que afetaram diretamente a política nuclear brasileira que estava em discussão no período.¹

Uma série de falhas e negligências marca o processo que culminou com o desastre radioativo com o Césio-137 em Goiânia. Na zona central da capital goiana funcionava o Instituto Goiano de Radiologia (IGR), localizado no cruzamento das Avenidas Tocantins, Paranaíba e rua 4, importantes vias da região. Devido a uma quebra de contrato com Sociedade São Vicente de Paulo, entidade proprietária do terreno, o IGR precisou transferir-se para outro endereço. Na mudança efetivada em 1985, os proprietários da clínica levaram o aparelho de radioterapia mais moderno, o Cobalto-60, para as novas instalações e deixaram na sede antiga o aparelho cuja fonte era de Césio-137. A antropóloga Suzane de Alencar Vieira descreve o estado de abandono em que se encontrava o antigo IGR em 1987:

O prédio em ruínas, invadido pelo mato, sem portas ou janelas, abrigada uma cápsula de Césio-137. Naquela construção parcialmente demolida imperava um aspecto de abandono. Nos três anos em que permanecera abandonada (1985 a 1987), a cápsula não fora objeto de qualquer ato de fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). (VIEIRA, 2014, p. 19)

Assim, além do descaso em relação ao aparelho pelos donos da clínica, houve a falha do CNEN na função de fiscalização periódica dos equipamentos de fontes radioativas

¹ Dias antes da descoberta do desastre radiológico com o Césio-137, o presidente José Sarney havia anunciado que o Brasil possuía tecnologia para o enriquecimento de urânio, porém, com as falhas na fiscalização de aparelhos com fontes radioativas pelo CNEN, a eficiência da política nuclear brasileira fora questionada. (SILVA, 2004)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

utilizadas em diversos fins. Ademais, uma crise econômica assolava o país naquele momento resultando num aumento dos índices de trabalho informal.

Tendo em vista essa conjuntura, os eventos do desastre passam a desenrolar quando os dois jovens desempregados, Roberto, 22 anos e Wagner, 19 anos, avistam a peça metálica abandonada nas ruínas do antigo IGR em setembro de 1987. Desconhecendo a procedência daquele aparelho, eles planejaram vendê-lo para conseguir alguma quantia; assim, recolheram-no e levaram-no num carrinho de mão para a casa de Roberto, na rua 57, Bairro Popular. Com um prego e martelo, eles romperam o cabeçote da máquina e foram os primeiros a serem contaminados com o vazamento do elemento químico Césio-137.

Alguns dias depois, venderam a peça a Devair Alves Ferreira, dono de um ferro velho localizado na rua 26-A, no setor Aeroporto. Os funcionários do estabelecimento, Israel e Admilson continuaram o trabalho de desmontar a máquina, retirando de dentro dela um invólucro de chumbo que soltava um pó cinza durante o dia. Vieira descreve o que houve a partir do momento em que o dono do ferro-velho descobre que a peça emitia uma luz azul na escuridão:

Nas mãos de Devair, a cápsula revelou um brilho azul fascinante em uma noite de setembro. Entusiasmado com sua descoberta, Devair divulgou na vizinhança o espetáculo da luz azul e distribuiu entre parentes, amigos e vizinhos alguns fragmentos do pó desprendidos do interior da cápsula. O Césio-137, libertado da cápsula, passaria a circular silenciosamente pela vizinhança do Bairro Popular, Setor Aeroporto e Setor Norte Ferroviário, bairros da região central de Goiânia. (VIEIRA, 2014, p. 20)

Se por parte de Devair havia uma devoção quase mística ao brilho emanado pela cápsula, por outro lado, sua esposa Maria Gabriela Ferreira associou a presença dela aos sinais de adoecimento que atingiam sua família: vômitos, diarreia, (inicialmente atribuídas a uma feijoadá com coca cola) queda de cabelo, manchas pelo corpo semelhantes a queimaduras. Maria Gabriela, tentando comprovar que estava certa sobre os danos atribuídos à peça, resolveu levá-la à Vigilância Sanitária para que alguém pudesse examinar criteriosamente a natureza daquele envoltório. Dias se passaram, o objeto desconhecido foi deixado numa cadeira no pátio da instituição, até que o físico Walter Mendes foi convocado para analisá-lo. Quando o físico chegou portando um contador de radioatividade que ele pegara emprestado numa empresa, houve um disparo no alarme acusando um nível de radiação elevado. (CNEN, 1988)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim que houve a identificação do elemento radioativo, no final de setembro de 1987, o governo do Estado de Goiás entrou em contato com a Comissão Nacional de Energia Nuclear e iniciaram uma ação conjunta para avaliar e conter os efeitos da radiação na cidade. A Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, profissionais da limpeza urbana (COMURG), trabalhadores do Consórcio Rodoviário Intermunicipal (CRISA) e os técnicos do CNEN foram acionados para esta operação. No primeiro momento as medidas consistiram em reunir as pessoas atingidas no Estádio Olímpico e isolar as áreas afetadas; em sequência, encaminhar as pessoas que tiveram contato com “o brilho azul” para tratamentos de saúde na tentativa de descontaminação dos corpos conforme a gravidade do índice de radiação. Os casos mais graves, pessoas com exposição interna e externa foram transferidas para o Hospital Naval Marcílio Dias no Rio de Janeiro, os grupos intermediários, atendidos no Hospital Geral de Goiás, outros foram conduzidos para a sede da Febem em regime de quarentena. (VIEIRA, 2014). Além da urgência no tratamento das pessoas mais atingidas, houve a necessidade conter a radiação nos espaços físicos em ações de demolição das construções nos pontos mais afetados, recolhendo os entulhos e transformando-os em lixo radioativo. De acordo com os relatórios da CNEN e da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), o processo de contenção da radiação e descontaminação da cidade foi concluído em dezembro daquele mesmo ano.

O acidente inicialmente ocasionou em quatro óbitos: a criança Leide das Neves da Silva (6 anos), Maria Gabriela Ferreira (38 anos), Israel Batista dos Santos (22 anos) e Admilson Alves de Souza (18 anos) e de acordo com o relatório da IAEA, contava com 249 pessoas atingidas pela radiação da fonte de Césio-137 (IAEA, 1988). Entretanto, mais de três décadas após o evento radioativo, o número de pessoas afetadas e consideradas vítimas reconhecidas pelo Estado ainda é objeto de contestação. A equipe de policiais, bombeiros e demais trabalhadores mobilizados pelas instituições governamentais e os vizinhos dos focos maiores também foram expostos à radiação e sofreram consequências posteriores, no entanto, no ano do desastre não foram registrados como pessoas diretamente atingidas. (SILVA, 2004) Essas pessoas precisaram entrar com ações jurídicas no Ministério Público do Estado de Goiás para terem acesso ao tratamento específico de saúde oferecido às vítimas da radiação e direito à reparação material em forma de pensão e indenizações.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O que se pretende analisar nesta comunicação é de que maneira se efetiva a memória do desastre radiológico com o Césio-137 em Goiânia de acordo com as configurações urbanas dos locais mais afetados. Observa-se que o distanciamento temporal pode culminar com a perda de significados, mas há também a constituição de uma política de memória voltada para o esquecimento envolvendo este fato histórico. Como foi dito anteriormente, percebe-se práticas por parte do poder público de silenciamento na discussão sobre o evento nos espaços atingidos ou não pela radiação, como a inexistência de memoriais, placas, sinalizações ou vestígios desse passado indesejável. Embora não haja suportes materiais com o intuito de relembrar essa tragédia, é possível reconhecê-la também na sua ausência. Os lugares mais afetados pela radiação são dotados de significações, servem como referência das experiências ali ocorridas e são vestígios do desastre. Desse modo, os elementos a serem observados neste estudo como lugares de memória são os dois pontos de contaminação do Césio-137: o lote da antiga rua 26-A, atual rua Francisca Costa Cunha D. Tita, citada nos relatórios oficiais como Ferro-Velho I – Casa de Devair e o lote da antiga Rua 57, atual rua Paulo Henrique Andrade – Casa de Roberto, local em que a cápsula foi rompida.

2. Reminiscências de passados difíceis

Nesta pesquisa, pretende-se compreender a questão do desastre radiológico com o Césio-137 como um tema sensível para a história do Estado de Goiás, pois é cercado de questionamentos, respostas evasivas, apagamentos, silenciamentos, além de acarretar lembranças dolorosas. Os estudos de temas sensíveis muitas vezes aproximam-se da temática do dever de memória dando ênfase às reminiscências dos grupos diretamente atingidos por situações extremas. A noção de dever de memória, de acordo com Paul Ricoeur é composta pelo imperativo de não esquecimento, por reivindicações da memória, pelo reconhecimento do papel da vítima e a necessidade da reparação. “É a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo” (RICOEUR, 2007, 101).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Conforme as afirmações de Andreas Huyssen, no livro “Seduzidos pela memória” houve uma mudança de concepção em relação à percepção do tempo, no decorrer da década de 1980 em que a memória se converte em matéria de grande atenção cultural e política das sociedades ocidentais. Este crescimento acerca da cultura da memória permitiu com que houvesse um olhar mais acurado às demandas dos passados relacionados às situações traumáticas do século XX. Para o autor, os debates ocorridos em torno da memória do Holocausto forneceram um modelo paradigmático sobre possibilidades de lidar com eventos críticos do passado, mas essas discussões foram ampliadas para abordar outros episódios como o genocídio em Ruanda, o Apartheid na África do Sul ou até mesmo as ações políticas pós ditaduras militares na América Latina (HUYSSSEN, 2000)

Os temas da memória na América do Sul vêm à tona através das políticas reivindicativas em torno da busca pela verdade e justiça relacionados à violência praticada pelo Estado nos períodos de ditaduras militares nas comissões da verdade implantadas em períodos de transição democrática. No Brasil, a memória da ditadura civil-militar ainda é um tema que demanda mais discussões, pois trata-se de um país em que predominou a política do esquecimento institucionalizado através da Lei da Anistia de 1979. A busca pela verdade, memória e justiça tem como antagonistas as posturas políticas voltadas para o discurso revisionista e negacionista em voga atualmente. Outro tema explorado em torno dos passados sensíveis no Brasil é sobre a escravidão e suas consequências visíveis no tempo presente (HEYMANN, 2006)

Uma das formas de abordar esses passados sensíveis é através criação de políticas de memória que permitam a reparação material e simbólica para estes grupos que tiveram seus direitos humanos feridos por conta de variadas formas de violência. O dever de memória pressupõe a abordagem do ponto de vista dos grupos que foram afetados convocando suas memórias, muitas vezes silenciadas pela construção dos discursos oficiais. Essas ações voltadas para o não esquecimento destas experiências difíceis incluem a celebração/ rememoração de efemérides, mediações através de placas, monumentos, memoriais, atribuição de lugares de memória e esforços de patrimonialização. (SOARES, 2011)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como o patrimônio cultural é expressão política da memória (CAMPOS, 2019), nas últimas décadas houve a intensificação do debate acerca da preservação de bens culturais que trazem à tona os significados de passados sensíveis, como por exemplo, o legado da ditadura (CYMBALISTA, 2017; NEVES, 2014; SOARES, 2011). A historiadora Débora Neves, por exemplo, aborda como se deram as ações preservacionistas de lugares controversos em Buenos Aires, como a Escola de Mecânica de la Armada (um Centro clandestino de detenção e tortura da ditadura militar argentina) e compara com o processo de tombamento do Antigo Dops em São Paulo (2014). Este processo que envolve a preservação de legados de passados sensíveis, como a ditadura civil-militar brasileira, pode ser considerado como um instrumento para a reparação simbólica, enfocando o testemunho das vítimas, de modo a combater o esquecimento e esclarecer sobre o passado violento (SOARES, 2011).

A partir deste debate acerca da memória de passados difíceis, outras pesquisas propuseram uma ampliação do que a historiadora Cristina Meneguello chama de patrimônios sombrios, que são “de difícil leitura na trama da cidade, de difícil restauro por seu estado de ruína e abandono ou de dolorosa rememoração” (2014, p. 47). A pesquisa aqui desenvolvida insere-se nesse debate, pois, se trata de retomar temas de difíceis rememorações para os moradores da cidade de Goiânia, pois evidenciam experiências individuais e coletivas de morte, sofrimento, dor, medo e estigmas sociais.

3. Pontos de contaminação: entre ausências e memórias.

Andreas Huyssen aborda em seu texto “Os vazios de Berlim” também do livro *Seduzidos pela Memória*, os espaços remanescentes na capital alemã após a destruição do muro em 1989 como lugares compostos por memórias: “o vazio saturado de história invisível, com memórias da arquitetura construída e não-construída [...] espaço que agora, com uma outra camada de significação, parecia ter sido chamado a representar o muro invisível da nossa cabeça” (HUYSSSEN, 2000, 99). Analisa-se nesta pesquisa os espaços vazios dotados de presenças que evocam as memórias difíceis do desastre radiológico do Césio-137. Mesmo que não ainda não haja ações concretas do poder público para retomar as experiências e o testemunho das pessoas diretamente atingidas, os espaços vazios,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

chamados aqui de “Pontos de Contaminação do Césio-137” trazem as reminiscências das experiências ausentes.

Os principais pontos de contaminação do Césio-137 na cidade de Goiânia foram os lugares contabilizados com os maiores índices de radiação definidos através de medição dosimétrica pelos técnicos do CNEN. De acordo com o relatório desta instituição, os locais mencionados foram:

- Rua 57, casa 68, Setor Central; - Rua 17-A, Quadra 70 - Lote 26-B - Setor Aeroporto; - Rua 6, Quadra Q - Lote 18 - Setor Norte Ferroviário; - Rua P-19, Quadra 92 - Lote 4 - Setor dos Funcionários; - Rua 16-A, nº 792 - Vigilância Sanitária; - Rua 63 - Casa 179 - Setor Central; e - Rua 26-A, Quadra Z, Lote 30 - Setor Aeroporto. (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988, p. 16)

Essas áreas passaram por processos de descontaminação que consistiam em demolir e remover as casas, árvores e demais construções que ali existentes; tiveram camadas de solo removidas e depois concretadas; todos os objetos dos moradores foram considerados como rejeitos radioativos e foram acondicionados em caixas e tambores; além das medições de radioatividade periódicas. (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988)

A antropóloga Telma Camargo da Silva, uma das maiores referências no estudo do desastre radiológico com o Césio-137, afirma que a atuação das instâncias governamentais envolveu “o controle, descontaminação e domesticação da contaminação física e da memória daqueles que viveram o acidente” (1998, p. 121), ou seja, envolveu um processo de criação de uma memória oficial da tragédia radiológica. Além de restringir o número de indivíduos considerados contaminados, os óbitos posteriores a 1987, mesmo de pessoas diretamente afetadas, não foram contabilizados como consequência da radiação, mas de outras doenças. (SILVA, 1988)

Este controle das narrativas também afetou até mesmo a toponímia das áreas diretamente atingidas. Por exemplo, a rua do Ferro-Velho I, de propriedade de Devair, chamava-se 26-A no ano do desastre, depois teve seu nome alterado para Rua Francisca Costa Cunha D. Tita. A rua que se tornou referência em relação ao desastre radiológico, onde morava a família de Roberto, também teve alteração em seu topônimo: de rua 57, passou a ser 57 – Paulo Henrique Andrade. Além da ausência de elementos de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

memorialização oficiais nos espaços relacionados à catástrofe, como foi citado anteriormente.

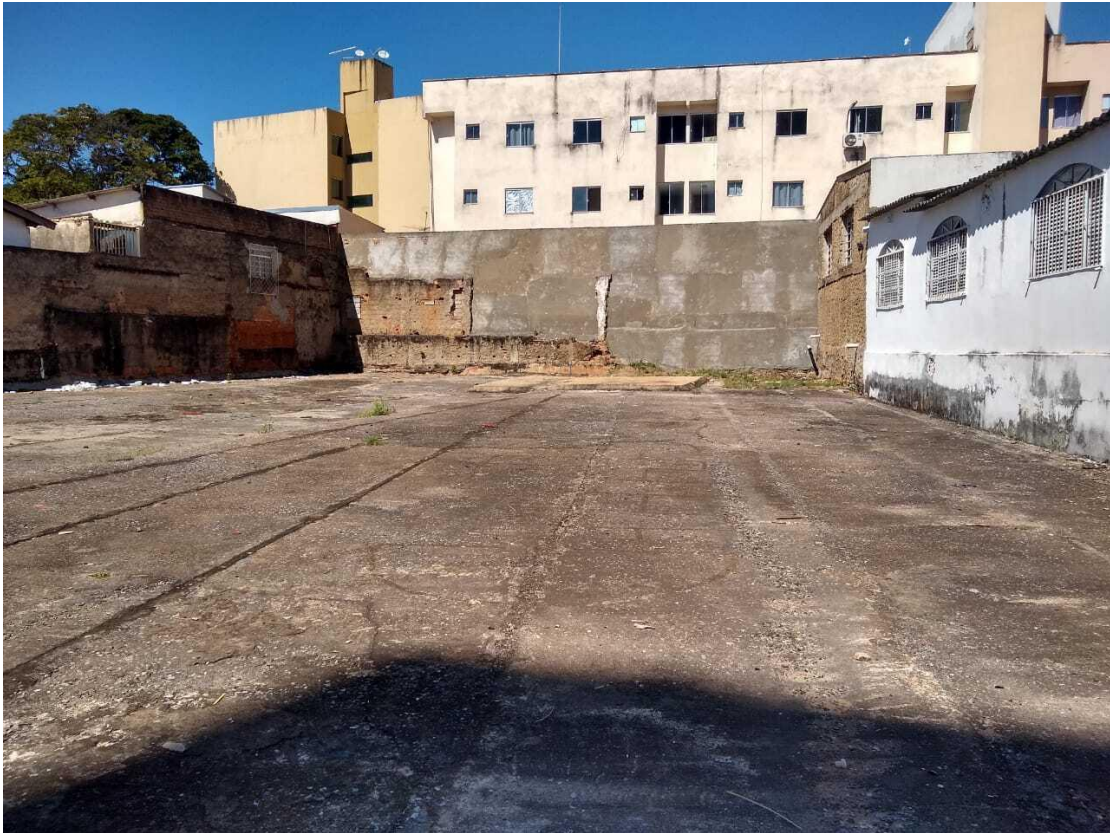
A fotografia 1 demonstra um dos pontos de contaminação nos dias de hoje. O espaço totalmente vazio e concretado destaca-se por localizar-se no Setor Aeroporto, uma região valorizada na capital goiana, com desenvolvimento habitacional, uma grande concentração de comércio local e de veículos e a presença de redes hospitalares. Em 1987, funcionava ali o ferro-velho e residência de Devair e foi lá que o Césio-137 mostrou o seu brilho azul mais mortal. Naquele quintal, viviam e trabalhavam três das quatro primeiras vítimas fatais: Maria Gabriela (38 anos), esposa de Devair; Israel e Admilson os dois últimos funcionários do estabelecimento. A criança Leide das Neves, a criança símbolo do desastre, que também não resistiu à exposição ao elemento radioativo, era sobrinha de Devair e morava em outro local que também foi considerado afetado pela contaminação radioativa. Porém, o lote, mesmo também tendo passado pelo processo de esvaziamento, atualmente está habitado por outra família.²

Trata-se de um lugar marcado pela experiência de sofrimento, cheio de significados simbólicos e históricos, no entanto, sem os sinais de mediação para a memória. As pessoas que testemunharam o evento reconhecem aquele espaço, tem conhecimento das situações ali ocorridas, porém, para os mais jovens e pessoas de outras cidades desconhecem completamente a história por trás daquele lote vazio e o evento será envolvido pelo esquecimento.

FOTOGRAFIA 1: FERRO VELHO 1 – LOTE DE DEVAIR

² Esta pesquisa está em desenvolvimento no período de medidas sanitárias de isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19, por isso, há a dificuldade de encontrar os moradores atuais para obter maiores informações acerca do lote.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: A autora (2020)

Já a fotografia 2 é do lote concretado que se situa na antiga rua 57, lote 68, Setor Central. Em 1987, este setor era chamado de Bairro Popular e tem como característica principal o fato de ser uma região habitacional mais simples, formado após a construção do núcleo pioneiro de Goiânia. Este espaço foi reconhecido por ser o local de rompimento da cápsula de chumbo que continha Césio-137 e moradia do catador de papel Roberto Santos Alves. Além disso, converteu-se em símbolo do desastre radioativo, pois a rua tornou-se sede da operação de contenção e descontaminação coordenada pela CNEN e o Governo do Estado de Goiás: “Era para lá que a maioria dos técnicos, operários e jornalistas se dirigiam” (VIEIRA, 2014, p. 29) Os desencontros das informações técnicas, o medo do perigo atômico, os estigmas que atingiram o local e o preconceito sofrido fez com que muitos moradores dos arredores se mudassem e a região passasse por desvalorização territorial. (SILVA, 1998; VIEIRA, 2014)

FOTOGRAFIA 2: LOTE DA RUA 57 – CASA DE ROBERTO

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: A autora (2020)

Tanto a memória quanto a sua expressão política que é o patrimônio cultural são alvos de disputas e negociações. Em relação ao desastre com o Césio-137 não é diferente, esse fator se apresenta através das posturas antagônicas do Estado e da sociedade civil em relação às demandas de memória relacionadas ao evento. Em 2009, o governo de Goiás instalou um outdoor no ponto de contaminação da rua 57 em que anunciava a construção de um memorial em homenagem às vítimas do Césio-137, no entanto, o projeto até então não foi concretizado. (GOULART e ALVES, 2019)

Dez anos depois, numa entrevista para o Jornal Correio Braziliense, o artista plástico goiano Siron Franco³ questiona a postura governamental:

O processo de silenciamento desestimula até quem batalha há décadas pela memória da tragédia do césio 137. O artista plástico goiano Siron Franco desenvolveu dois projetos para dar de presente à cidade, mas nada sai do papel. (sic) ;Não entendo um negócio desses. Goiânia tem se mostrado uma cidade

³ Siron Franco, artista plástico goiano, pintor, desenhista, escultor, cuja obra é reconhecida nacional e internacionalmente. Durante a juventude, morou no Bairro Popular, em 1987 criou a “Série Césio” de pinturas sobre o acidente. É um reconhecido ativista na luta pelo direito das vítimas e pelo não esquecimento do desastre.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

complicada. Por que não posso criar coisas para Goiânia? No mundo inteiro, há memoriais que perpetuam a história dos episódios, até mesmo geram renda, mas aqui, não; (sic), lamenta. (GOULART e ALVES, 2019)

Independentemente da postura do Governo do Estado de Goiás, a população das regiões afetadas tem se movimentado para rememorar o desastre radiológico Césio-137 e homenagear as vítimas. A Associação dos Moradores do setor Aeroporto espalhou faixas pela região Central de Goiânia conclamando a sociedade civil goianiense para participar da reivindicação por ações mais efetivas em prol do não esquecimento do desastre e propor parcerias com o poder público para a construção de um memorial do Césio-137.

FOTOGRAFIA 3: DEMANDAS DA POPULAÇÃO PELA MEMÓRIA



Fonte: A autora (2020)

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Yussef. D. S. de. **Palanque e Patíbulo: o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987 - 1988)**. 2o ed. Goiânia: Editora Palavrear, 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. **Relatório do acidente radiológico**. 1988.

CYMBALISTA, Renato. Lugares de memória difícil: as medidas da lembrança e do esquecimento. In: CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KÜHL, B. M. (orgs.) . **Patrimônio cultural: Memória e intervenções urbanas**. Editora Annablume, 2017. p. 231–236.

GABEIRA, Fernando. **Goiânia, Rua 57: O nuclear na Terra do Sol**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GOULART, Guilherme; ALVES, Renato. Vítimas da tragédia com o césio 137 em Goiânia reivindicam memorial. **Correio Braziliense**. Brasília, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/07/08/interna-brasil,768979/vitimas-da-tragedia-com-o-cesio-137-em-goiania-reivindicam-memorial.shtml> Acesso: 20/07/2021

HEYMANN, Luciana. **O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. The Radiological accident in Goiânia. Vienna, 1988.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios sombrios, memórias sensíveis. In: FLORES, M. B.; PETERLE, P. (orgs.) **História e Arte: Herança, Memória e Patrimônio**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014.

NEVES, Deborah R. L. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p. 7–28, 1993.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

SILVA, Telma C. da. Política da Memória: Reconstituindo as Lembranças no Caso do Desastre Radiológico de Goiânia. In: FREITAS, C. B. de (org). **Memória: anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia: Editora UCG, 1998. p. 117–138.

SILVA, Telma. Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade, e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, Annette (org.): **Tecnologias do corpo: uma antropologia das medicinas no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. p. 201 – 225.

SOARES, Inês. V. P.; QUINALHA, Renan. H. Lugares de Memória: Bens Culturais? In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra A. S.; SOARES, Inês V. P.; LAGE, Cláudia M. F. (orgs) **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

VIEIRA, Suzane de A. **Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas**. Goiânia: Cânone Editorial, 2014.